

MANTER E DEFENDER A ORDEM: O PERFIL SOCIOECONÔMICO DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG, 1850-1873

Flávio Henrique Dias Saldanha
Fundação Universidade Federal do Tocantins

Resumo:

O presente estudo tem por finalidade traçar o perfil socioeconômico da Guarda Nacional de Mariana/MG no período de 1850 a 1873. Para tanto, partimos da análise de um de alistamento cujos dados sobre estado conjugal, idade, ocupação, moradia e, principalmente, renda foram elementos de fundamental importância para a análise proposta. Os dados coligidos serviram ainda de parâmetro com o perfil socioeconômico da guarda de São João del-Rei. Esta comparação se justifica em função de Mariana e São João Del-Rei serem grandes centros populacionais no contexto de uma província como Minas Gerais, de longe a mais populosa do Império brasileiro.

Palavras-chave: Guarda Nacional; Mariana; São João del-Rei; Minas Gerais; Século XIX.

Área Temática: História Econômica e Demografia Histórica

Tendo em vista a análise do perfil socioeconômico da Guarda Nacional de Mariana, julgamos crível, em primeiro lugar, fazermos algumas considerações a respeito da região compreendida pela municipalidade em questão. Desta feita, Mariana situa-se na região denominada Metalúrgica-Mantiqueira. Esta região, de acordo com Douglas Cole Libby:

(...) constituiu o núcleo minerador original da capitania das Minas, continuou sendo a mais populosa e urbanizada região mineira ao longo do século XIX. Sua importância se expressa no fato de que aí estão localizados a capital, Ouro Preto, a sede do bispado mineiro, Mariana, e os dois maiores entrepostos comerciais de Minas no século, São João del-Rei e Barbacena.¹

Além das características acima, a região compreende ainda uma zona de extenso planalto na serra da Mantiqueira. As dimensões desta elevação montanhosa estendem-se, a oeste, em direção ao rio Grande e às nascentes do rio São Francisco; ao norte e nordeste, em direção aos rios das Velhas e Doce. Neste planalto erguem-se ainda outras elevações montanhosas, como a serra do Espinhaço, cuja extensão divide a bacia do rio Doce da do São Francisco.

O mapa abaixo permite visualizar a localização atual do município.

MAPA – LOCALIZAÇÃO DE MARIANA/MG



Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/31/MinasGerais_Municip_Mariana.svg. Acesso em 1/2/2009.

Mariana, antigo arraial e vila de Nossa Senhora do Carmo, teve sua origem a partir da exploração do ouro no final do século XVII. A versão mais comumente aceita sobre a origem do arraial é aquela defendida por Diogo de Vasconcelos, o qual atribui a fundação do arraial, no dia 16 de julho de 1696, ao bandeirante paulista coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, cuja comitiva havia partido da vila de Taubaté, na capitania de São Paulo.² Entretanto, Augusto de Lima

¹ LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 43.

² VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v.1, 1974, p. 156.

Júnior sustenta outra versão: a de que seria João Lopes de Lima o primeiro descobridor e fundador do arraial, o qual teria chegado às margens do ribeirão do Carmo no dia 16 de julho de 1698.³

A despeito das discussões sobre a origem do povoado de Mariana, a região por ela compreendida foi visitada por vários viajantes estrangeiros ao longo do século XIX⁴, entre eles o naturalista inglês George Gardner:

Uma jornada de três léguas por uma região montanhosa e escassa de matas levou-me à cidade de Mariana, cujo aspecto e situação muito me agradaram: ergue-se ao sudeste de largo e plano vale, no manso declive de uma elevação de terreno que rodeia a base da serra do Itacolomi. É de edificações mais compactas que as cidades que eu havia geralmente visto no Brasil; e, como tem diversas formosas e finas igrejas e as casas são em sua maioria amplas e caiadas, é no todo de aparência muito nobre. Nos subúrbios e na própria cidade, muitas casas têm pomares com bananeiras, laranjeiras e copadas jabuticabeiras, que, com seus diferentes matizes verdes, contrastam bem com as paredes das casas caiadas de branco. Passando pela cidade, achei-a tão quieta, que por pouco a imaginei deserta. Em algumas das suas ruas principais vi negociantes reclinados negligentemente sobre os balcões e nas escadas em frente da cadeia, uns poucos soldados montando-lhe guarda. Estes e um ou outro garoto preto acorado a uma porta eram todo o sinal de vida na cidade, que se diz ter cerca de cinco mil habitantes. É antes uma cidade clerical que comercial, residência do bispo e sede de uma faculdade de teologia.⁵

Pelo relato acima transcrito, depreende-se uma idéia de pitoresco, na medida em que a “cidade de Mariana (...) ergue-se ao sudeste de largo e plano vale, no manso declive de uma elevação de terreno que rodeia a base da Serra do Itacolomi”. Tal idéia, aliada ainda à simpatia proporcionada pela visão geral da paisagem urbana, “é de edificações mais compactas que as cidades que eu havia geralmente visto no Brasil”, relacionava-se, segundo Alexandre Mendes Cunha, mais diretamente ao relevo, à flora e, até mesmo, às condições climáticas da região, “do que com qualquer atributo da paisagem urbana propriamente dita”.⁶

Além disso, podemos entrever na narrativa do viajante inglês, elementos, conforme acepção de John Dixon Hunt, da chamada terceira natureza (*terza natura*), ou seja, o jardim destinado ao gosto e ao deleite da faina diária.⁷ Dessa forma, “muitas casas têm pomares com bananeiras, laranjeiras e copadas jabuticabeiras”.

³ LIMA JÚNIOR, Augusto. *Mariana*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1966, p. 31.

⁴ Sobre os viajantes estrangeiros Márcia Naxara observa: “os viajantes estrangeiros eram atraídos pela curiosidade de conhecer e ver de perto as maravilhas e/ou o exotismo do mundo colonial descritos por aqueles que retornavam; pelo crescimento da imaginação a respeito do novo mundo e da sua população selvagem, alimentados desde o século XVI; pelas possibilidades vinculadas à colonização e à exploração de riquezas; e, importante, pelo interesse científico, parte desse amplo movimento de conhecimento do mundo, pautado pelas concepções da história natural e voltado para a observação e sistematização dos dados que pudessem ser observados na natureza e nas sociedades dos mais diversos lugares do mundo – flora, fauna, minerais, terras, gentes, costumes – um mundo enorme por conhecer, desbravar, coletar, comparar, inventariar, tendo em vista a elaboração de leis que contivessem valor universal”. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004, pp. 141-2.

⁵ GARDNER, George (1846). *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975, p. 227.

⁶ CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 27, n.º 53, jan./jun., 2007, p. 126.

⁷ HUNT, John Dixon. *L’art du jardin et son histoire*. Apud NAXARA, Márcia Regina Capelari, *op. cit.*, pp. 27-8. De acordo com Hunt, a formulação da idéia da terceira natureza foi forjada no Renascimento e muito provavelmente teve origem na primeira e segunda naturezas de Cícero. A primeira (*natura*) define a natureza em seu estado natural, puro e virginal; ao passo que a segunda (*altera natura*) diz respeito ao espaço agrícola alterado pela ação humana.

Porém, o que mais chama a atenção na exposição de Gardner, aliás, presente também na fala de outros viajantes⁸, diz respeito ao acentuado caráter rural das povoações mineiras, “passando pela cidade, achei-a tão quieta, que por pouco a imaginei deserta”. “Estes e um ou outro garoto preto acorrido a uma porta eram todo o sinal de vida na cidade, que se diz ter cerca de cinco mil habitantes”.

De acordo com as considerações de Alexandre Cunha, o complexo formado pela dinamização da economia mineira colocou em questão as transformações articuladas entre o urbano e o rural. Sendo assim, o urbano seria responsável pela irradiação ou, quando muito, por destacar a especialização das atividades econômicas, a partir dos espaços citadinos centrais criados ao longo dos setecentos. Seguindo esta lógica, o rural não seria apenas o desenvolvimento do campo com relativa autonomia, mas o rearranjo de uma integração com os núcleos urbanos intermediários que no começo dos oitocentos estenderam-se para as regiões mais dinâmicas da economia de base agropecuária.⁹

Nas palavras do próprio autor:

Ou seja, o tema da ruralização na virada para o século XIX não pode ser entendido nem como uma continuação do desenvolvimento do campo por conta da agricultura e pecuária, já em evidência na primeira metade do século XVIII, tampouco como algo apartado da urbanização. Trata-se, sim, de um processo espacial complexo, fruto da própria complexificação da base econômica, produzindo novas relações de centralidade, e nisto bases para novo desenho regional, e de forma mais ampla, neste imbricamento de urbano com o rural, possibilitando interpretações novas e com outros pressupostos para certos processos sociais e políticos em curso nas Minas desse tempo.¹⁰

No que diz respeito à economia de base agropecuária, bem como ao seu caráter mercantil de subsistência, não concordamos com aquela visão sustentada por uma parcela da historiografia que postula um estado de decadência e/ou retração econômica para Minas Gerais no período pós-auge minerador.¹¹ Para Carla Maria Carvalho de Almeida, a resposta para a intrigante pergunta sobre o perfil econômico das Gerais no período posterior ao fausto aurífero, incorre precisamente no tipo de interpretação da economia colonial como um todo e do nível de importância atribuída ao mercado interno que, de certa forma, entrevia unicamente as variáveis externas na explicação das transformações e contradições da realidade colonial brasileira. Tal interpretação fez por prevalecer, segundo a autora, a análise que considerava o período pós-mineratório como de estagnação e decadência das atividades econômicas.¹²

De fato, novos estudos apontam que em vez de estagnação, ocorreu, na verdade, um rearranjo das atividades econômicas, nomeadamente para aquelas áreas que abasteciam os centros mineradores e que, posteriormente, passaram a abastecer o mercado do Rio de Janeiro após a transferência da família real portuguesa para o Brasil.¹³

⁸ Augusto Saint-Hilaire, por exemplo, passando por Araxá, observou: “Durante a semana a maioria das casas de Araxá fica fechada. Seus donos só ali aparecem aos domingos, para assistirem à missa, passando o resto do tempo em suas fazendas. Só permanecem nas cidades, nos dias de semana, os artesãos – alguns dos quais bastante habilidosos – as pessoas sem profissão, alguns comerciantes e as prostitutas. O que acabo de dizer aqui pode ser aplicado praticamente a todos os arraiais da província de Minas.” SAINT-HILAIRE, Augusto. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco*, Apud CUNHA, Alexandre Mendes, *op. cit.*, p. 127.

⁹ CUNHA, Alexandre Mendes, *op. cit.* p., 127.

¹⁰ Idem.

¹¹ Os principais representantes dessa visão são respectivamente: SIMONSEN, Roberto C. (1937). *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977 e FURTADO, Celso (1959). *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

¹² ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana — 1750-1850*. Niterói, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, p. 56 e seguintes.

¹³ Cf. LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993. Cf. também sobre a produção historiográfica que revisa e/ou contesta a decadência econômica pós-mineratória: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, *op. cit.*, pp. 56-72.; ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*.

Diante dessas considerações, o que dizer do perfil socioeconômico do município de Mariana? Com base nesta indagação, podemos afirmar que mesmo com o declínio da exploração aurífera¹⁴, verificado a partir da segunda metade dos setecentos, a região compreendida pelo termo de Mariana ainda guardava importantes funções: religiosas, administrativas e educacionais. Além disso, a diversificação das atividades econômicas que se estabeleceram desde os primórdios da mineração para sanar os problemas relacionados à fome, bem como a crise de abastecimento dos gêneros alimentícios; legou ao termo em questão a agropecuária como principal atividade econômica, ao longo de todo o século XIX, principalmente nas áreas compreendidas pela Zona da Mata, região de densa floresta de Mata Atlântica.

Neste aspecto, a atividade agropecuária possuía um caráter marcadamente mercantil de subsistência, fato que chamou a atenção do viajante francês Augusto de Saint-Hilaire:

Hoje em dia não existem em torno de Mariana mais que quatro lavras em exploração; mas a gente pobre vai procurar no leito dos córregos as parcelas de ouro que as enxurradas acarretam. *O comércio dessa cidade limita-se ao consumo interno*; existem poucas lojas, e apenas dois ou três comerciantes ricos.¹⁵

Pelo relato acima, Saint-Hilaire destaca que em Mariana existiam “poucas lojas e apenas dois ou três comerciantes ricos”. A despeito das suas impressões¹⁶, segundo dados coligidos por Clotilde Andrade Paiva e Marcelo Magalhães Godoy, o município de Mariana possuía um grande número de engenhos, bem como de casas de negócios. Estas eram 525 e aquelas 293.¹⁷ Além disso, em termos populacionais, a municipalidade citada reunia, na década de 30 do século XIX, a maior concentração de população livre (37.020) e a segunda maior população de escravos (20.673) da província mineira. A concentração cativa era inferior apenas à de São João del-Rei. Isto para uma província como Minas Gerais que possuía a maior população livre e escrava de todo o Império brasileiro.¹⁸

Diante destas evidências torna-se difícil crer em uma situação de retração e/ou estagnação das atividades econômicas para a região compreendida pelo termo de Mariana. Sendo assim, com estas considerações em mente, passemos a tratar de outro tema igualmente relevante ao nosso estudo: a Guarda Nacional marianense.

Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 1-13; MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A Mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004, pp. 33-9.

¹⁴ A idéia de declínio da mineração deve, no mínimo, ser relativizada. Embora não desempenhasse mais um papel preponderante na economia mineira como um todo, a exploração do ouro, ferro e de pedras preciosas era ainda praticada. Ao referir-se ao declínio dessa prática deve-se pensar, no entanto, na defasagem das técnicas extrativas. Para maiores detalhes, cf. SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. *In: Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, n.º 3, pp. 449-495, set./dez. 1988.

¹⁵ SAINT-HILAIRE, Augusto (1830). *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 152. Grifo meu.

¹⁶ Sobre as impressões sentidas e anotadas pelos viajantes, Naxara assinala que, na maioria das vezes, havia uma distância entre esta e o momento de copilação da narrativa. Nas palavras da própria autora: “Interessante notar que, grande parte das vezes, há uma distância entre o momento da tomada de notas, impressões, esboços e rascunhos pelo viajante e a organização de um texto narrativo definitivo, ou da pintura, que passa por um outro crivo em que se imiscuem e alternam as notas, a memória e a sua organização a partir dos cânones artísticos e literários, assim como do lugar que possam vir a ocupar na cultura mais ampla.” NAXARA, Márcia Regina Capelari, *op. cit.*, p. 146.

¹⁷ PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Engenhos e Casas de Negócio na Minas Oitocentista. *In: 20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: Coletânea de Trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, v. 2, 2002, p. 134.

¹⁸ ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, p. 7. Cf. também: PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães, *op. cit.*, p. 134. A respeito das questões que envolvem uma série de indagações sobre o enorme plantel escravo na província de Minas Gerais no século XIX, cf. MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. *In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). História Econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/USP/Imprensa Oficial, 2002, pp. 99-130.

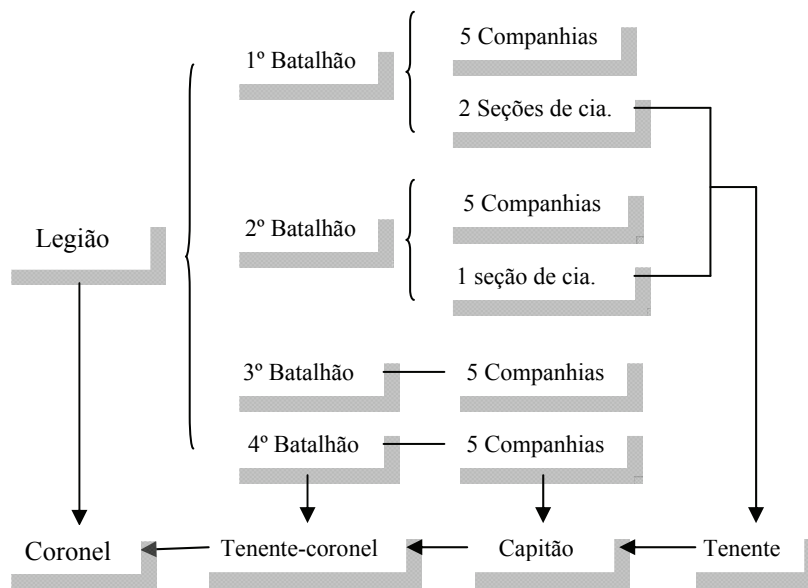
Antes de prosseguirmos com o assunto propriamente dito, deteremos a nossa atenção sobre a estrutura organizacional da milícia dada pela lei de 18 de agosto de 1831.

De acordo com a lei mencionada, as companhias de infantaria da Guarda Nacional deveriam ser compostas de 100 a 140 guardas nacionais sob o comando de um capitão em cada município do Império brasileiro. Além disso, quatro a oito companhias formariam um batalhão, podendo, inclusive, um mesmo município compor duas companhias de caçadores. O estado-maior de cada batalhão seria composto pelos seguintes oficiais: um tenente-coronel, um major, um ajudante, um alferes porta-bandeira, um cirurgião ajudante, um sargento ajudante, um sargento quartel-mestre e um tambor-mor ou um corneta-mor. Aqueles municípios que não conseguissem reunir um número suficiente de guardas para formar uma companhia, formariam uma seção de companhia de no máximo 40 a 50 homens sob o comando de um tenente. Os corpos da cavalaria seguiam os mesmos critérios que eram observados para a formação dos da infantaria. Os corpos da artilharia, por sua vez, ficavam a cargo do governo imperial que deveria criar, nas províncias, as respectivas companhias e batalhões.¹⁹

A unidade maior de comando da Guarda Nacional era a legião. Esta era formada pelos municípios cujo número de efetivos qualificados para o serviço ativo da corporação excedesse mais de mil homens. O comando da legião ficava sob a responsabilidade de um coronel que formava o estado-maior composto por um major, um quartel-mestre, um cirurgião-mor e um tambor-mor.²⁰

Neste aspecto, o município de Mariana contaria com duas legiões²¹, cuja estrutura organizacional pode ser observada por meio do organograma abaixo:

ORGANOGRAMA 1 – ESTRUTURA E HIERARQUIA DE COMANDO DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG



¹⁹ *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Doravante *CLIB*. Lei de 18 de agosto de 1831, arts. 34 a 47.

²⁰ *CLIB*. Lei de 18 de agosto de 1831, arts. 48 e 49.

²¹ *CLIB*. Decreto de 15 de outubro de 1832.

O organograma acima foi elaborado com base no “Mapa Geral da Legião da Guarda Nacional do Município de Mariana”, por nós pesquisado no Arquivo Público Mineiro.²² A força total da legião de Mariana era de 2.991 guardas nacionais, assim distribuídos: oficiais do estado-maior: dois; 1º batalhão com parada na cidade de Mariana, 718 milicianos; 2º batalhão com parada no distrito de Furquim, 532; 3º batalhão com parada no distrito de Barra Longa, 742; 4º batalhão com parada no distrito de Ponte Nova, 997. Porém, o que mais chama a atenção neste mapa é a sua data: 30 de novembro de 1851. Portanto, desde a promulgação da Lei n.º 602, de 19 de setembro de 1850, que reformou a Guarda Nacional em todo o Império²³, passaram-se exatos um ano e dois meses pelo qual os trabalhos da reforma da milícia ainda não tiveram início no termo de Mariana.

A despeito deste tempo, a reorganização da guarda marianense teve, enfim, início no dia 31 de dezembro de 1851, com as qualificações para os corpos da infantaria e reserva. Em 1853, foi feita a qualificação para o corpo da cavalaria.²⁴

Entretanto, a estrutura e a hierarquia de comando da corporação, que ainda obedeciam aos moldes da lei de agosto de 1831, foram reorganizadas por meio de um decreto, em julho de 1852.²⁵ Na verdade, não ocorreu uma mudança profunda, apenas formal, visto que a lei de setembro de 1850 extinguiu o posto de coronel chefe de legião e o respectivo estado-maior, substituindo-os pelo de coronel chefe do comando superior, com igual graduação para os oficiais do estado-maior. Não obstante, cada município do Império deveria possuir apenas um comando superior.²⁶

Dessa forma, o decreto de julho de 1852, seguindo as prerrogativas mencionadas, extinguiu as duas legiões da Guarda Nacional de Mariana, substituindo-as por um único comando superior. Paralelamente a esta mudança, o decreto manteve ainda os quatro batalhões de infantaria, porém com seis companhias cada um. Além disso, foi criado um batalhão de reserva com seis companhias e um esquadrão de cavalaria com duas companhias.²⁷

O organograma a seguir permite entrever a estrutura organizacional da milícia dada pelo decreto citado.

²² *Arquivo Público Mineiro*. Doravante *APM*, SP, PP¹16, caixa 56, 30/11/1851.

²³ Para mais detalhes sobre a reforma da Guarda Nacional ocorrida em 1850 cf. CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977; URICOECHA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978; MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999 e SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Franca, 2009. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, especialmente o segundo capítulo.

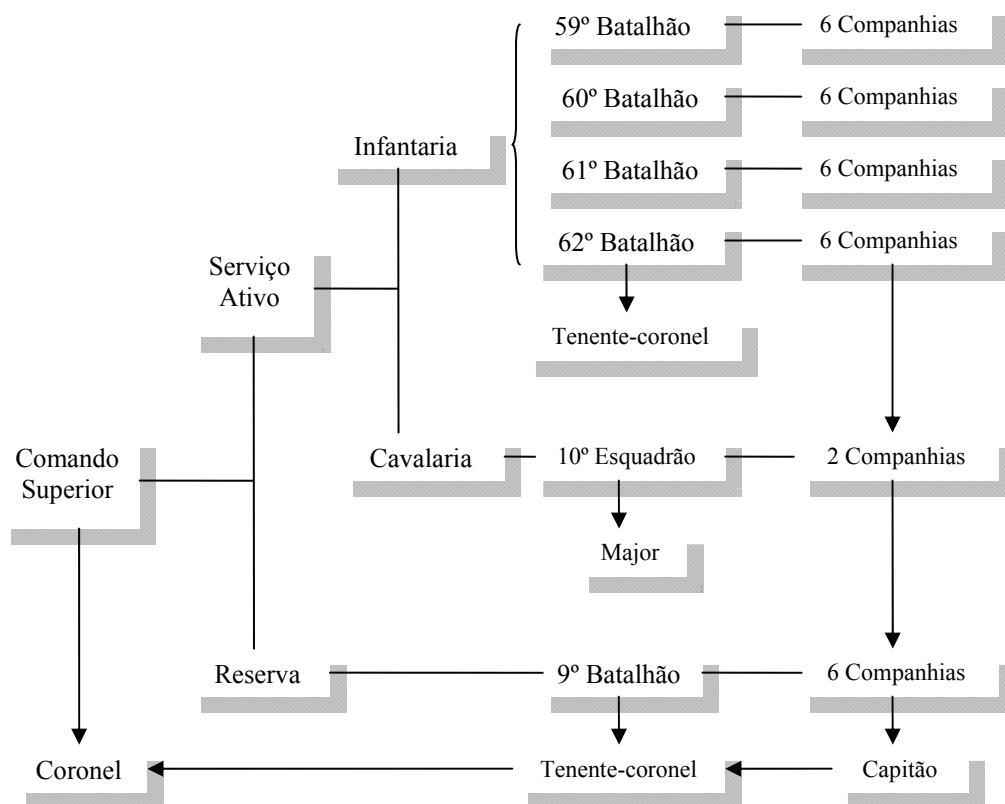
²⁴ *APM*, SP, PP¹16, caixas 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

²⁵ *CLIB*. Decreto n.º 1.020 de 16 de julho de 1852.

²⁶ *CLIB*. Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850.

²⁷ *CLIB*. Decreto n.º 1.020 de 16 de julho de 1852.

ORGANOGRAMA 2 – ESTRUTURA E HIERARQUIA DE COMANDO DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG DE ACORDO COM O DECRETO N.º 1.020, DE 16 DE JULHO DE 1852



Consoante a criação do comando superior da milícia, novos locais de parada foram designados para os batalhões da infantaria, da cavalaria e da reserva. Tais locais podem ser observados por meio da tabela 1:

TABELA 1 – LOCAL DE PARADA DOS BATALHÕES DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG

Batalhões		Local de parada
Serviço Ativo Cavalaria	Reserva Infantaria	
10º		S. Sebastião da Pedra do Anta
	59º	Mariana, Camargos, S. Sebastião (atual Bandeirantes), Sumidouro (atual Padre Viegas) e N. S. ^a do Nazaré do Inficionado (atual Santa Rita Durão)
	60º	Cachoeira do Brumado, S. Caetano (atual Monsenhor Horta) e Furquim
	61º	Barra Longa, Paulo Moreira (atual Alvinópolis) e N. S. ^a da Saúde (atual Dom Silvério)
	62º	Ponte Nova*, Abre Campo e S. Sebastião da Pedra do Anta
	9º	Mariana, N. S. ^a do Nazaré do Inficionado, Barra Longa, Ponte Nova, S. Sebastião da Pedra do Anta e Abre Campo.

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 167, 14/2/1856. * No que diz respeito à localidade de Ponte Nova, esta foi elevada à condição de cidade pela lei provincial n.º 827 de 11 de julho de 1857, passando a compreender as freguesias até então pertencentes a Mariana: Abre Campo, Anta, Barra Longa e Santa Cruz do Escalvado. Além disso, em 1868 foi criado, em Ponte Nova, um comando superior que passou a compreender o 61º e o 62º batalhões de infantaria e o 10º esquadrão de cavalaria do comando superior de Mariana. Criaram-se ainda mais um batalhão de infantaria, o 105º com quatro companhias, e um de reserva, o 16º. Contudo, para efeitos de análise, decidimos manter a formação do comando do superior de Mariana nos moldes do Decreto n.º 1.020, de 26 de julho de 1852.

Uma vez que temos em mente a estrutura e hierarquia de comando da Guarda Nacional do município de Mariana, passemos à análise das qualificações do serviço ativo (infantaria e cavalaria) e da reserva realizadas, respectivamente, em 1851 e 1853.

Contudo, dois esclarecimentos são necessários.

Em primeiro lugar, as listas de qualificação. Os dados por nós coligidos de tais listas tornaram-se possíveis em função de elas serem bem precisas naquilo que diz respeito a informações como: nome, estado conjugal, faixa etária, profissão, local de moradia e renda declarada. Tais informações permitiram uma quantificação seriada dos itens citados. Entretanto, não queremos dizer que antes da reforma de 1850, tais dados não fossem observados no momento das qualificações. De certa forma, as listas careciam de uma sistematização e de um padrão uniforme.

Neste aspecto, Jeanne Berrance de Castro comprova:

Os dados referentes à idade, domicílio, profissão e renda, nem sempre vinham juntos e a documentação, até 1850, é falha, pois, são raríssimas as informações completas. As mais comuns traziam nome, filiação, às vezes domicílio, profissão e renda. Em outros casos, só a profissão, e menos vezes, a renda, que todavia, era requisito estipulado por Lei. Não há absolutamente preocupação em fornecer dados precisos e a expressão, “mais ou menos” acompanha quase sempre as cifras relativas à renda. (...). É normal essa imprecisão numa época em que as estatísticas exatas não tinham a força que hoje lhes atribuímos.²⁸

Sendo assim, num primeiro momento deparamo-nos com um universo total de 3.082 guardas nacionais, assim distribuídos: 2.306 para infantaria, 206 para a cavalaria e 570 para a reserva. Tal afirmação é possível porque a qualificação para a arma da cavalaria foi realizada dois anos após o alistamento para a infantaria e para a reserva. Dessa forma, ao compararmos os nomes presentes na lista da cavalaria constatamos que alguns destes já haviam sido alistados na arma da infantaria e apenas um nome constava no alistamento da reserva. Neste aspecto, tais nomes, que totalizaram 91, foram excluídos do alistamento da cavalaria. Naturalmente, durante este processo, tomamos o devido cuidado para com os homônimos. Portanto, o montante total de 206 guardas nacionais qualificados para a cavalaria caiu para 115 efetivos.

Desse modo, em termos de quantificação e análise, trabalhamos com um total de 2.991 milicianos. Cifra que, coincidentemente, é igual ao número de efetivos relacionados no mapa geral de novembro de 1851.

Em segundo lugar, os critérios estabelecidos para análise dos dados presentes nas listas de qualificação: faixa etária, estado conjugal, ocupação e renda declarada. Para cada dado estabelecemos as seguintes categorias analíticas:

- Faixa etária: 18 a 44 anos, 45 a 59 anos e 60 anos ou mais;
- Estado conjugal: solteiros, filhos famílias, casados (casados com e sem filhos), viúvos (viúvos com e sem filhos);
- Ocupação: profissionais liberais e proprietários, artesãos e operários de profissão declarada, indústria e comércio, agricultura, ocupação indeterminada e assalariados sem profissão declarada;
- Renda declarada: 200\$000 a 399\$999, 400\$000 a 799\$999, 800\$000 a 1:999\$999 e 2:000\$000 ou mais.

²⁸ CASTRO, Jeanne Berrance de. *op. cit.*, p. 110. Outro fato a ser levado em consideração diz respeito à cor declarada dos guardas nacionais. Durante nossa pesquisa de mestrado no Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana, encontramos apenas uma lista do distrito de Nossa Senhora da Saúde (atual Dom Silvério) que trazia tal dado. A cor declarada predominante era a parda.

Tais critérios não foram estabelecidos aleatoriamente. Eles foram propostos por Francisco Eduardo Pinto no seu estudo sobre a Guarda Nacional do município de São João del-Rei, o qual, por sua vez, baseou-se nos trabalhos de Clotilde Paiva e Douglas Libby.²⁹

Sendo assim, para a primeira categoria analítica, a faixa etária, Pinto adaptou de Paiva o grupo de 15 a 44 anos para de 18 a 44 anos, por ser esta idade a mínima exigida para o ingresso na milícia.³⁰ Critério que consideramos por bem adotar. Para a segunda, o estado conjugal, seguimos as definições presentes nas listas de qualificação, o mesmo feito por Francisco Pinto. Na terceira, a ocupação, adotamos o mesmo procedimento do autor. Este fez uso das categorias analíticas utilizadas por Libby.³¹

Por fim, a última categoria e, a nosso ver, a mais importante, a renda. Fazemos tal afirmação em função de que era justamente a renda o principal critério para o ingresso na Guarda Nacional. Dessa forma, o primeiro grupo (200\$000 a 399\$999) justifica-se pela razão de ser 200\$000 o valor mínimo exigido para o ingresso na guarda e, além disso, o valor exigido para o próprio miliciano ser considerado como votante nas eleições primárias do Império, de acordo com a Constituição de 1824.³² Pela lógica das eleições imperiais, o segundo grupo (400\$000 a 799\$999) foi adotado por serem estes os valores exigidos para a participação nas eleições secundárias, ou seja, como eleitor. O terceiro grupo (800\$000 a 1:999\$999) eram as rendas avaliadas para concorrer ao pleito eleitoral como senador, bem como para a compra de, pelo menos, três escravos em idade produtiva (15-45 anos).³³ No quarto e último grupo (2:000\$000 ou mais) inseriam-se os guardas considerados como abastados e capazes de adquirir grandes plantéis de escravos e terras.³⁴

Entretanto, a importância que damos às rendas declaradas não se fez somente pelo fato de serem estas uma exigência para o ingresso na Guarda Nacional. Atribuimos tal destaque às rendas em função de com estas serem os guardas capazes ou não de adquirir escravos. Afinal, para uma sociedade baseada na escravidão e para uma região como Mariana, detentora de um grande plantel de cativos, a posse de escravos era um critério fundamental na aferição do grau de riqueza e do prestígio social para aqueles que os possuísem.

Neste aspecto, Carla Almeida destaca que, em Mariana, o preço médio dos escravos, na década de 1850, variava em torno de 519\$583. Para a autora, este valor, que apesar do seu aumento devido à proibição do tráfico negreiro (nas décadas de 1830 e 1840 girava em torno de 310\$281 e 407\$273, respectivamente), não era, em si, impeditivo para a aquisição de cativos para a grande maioria da população marianense. Além disso, segundo Almeida, os preços dos escravos em Mariana eram 9% mais caros em relação aos preços dos cativos na Corte do Rio de Janeiro.³⁵

²⁹ PINTO, Francisco Eduardo. A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João del-Rei, 1850-1873. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais, p. 88 e seguintes. Os trabalhos de Paiva e Libby são os seguintes: PAIVA, Clotilde de Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo; LIBBY, Douglas Cole, *op. cit.*

³⁰ PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 105. Paiva utilizou os seguintes grupos: 0-14 anos, 15-44 anos, 45-59 anos e 60 anos ou mais. Para os termos de nossa análise, a categoria de 0 a 14 anos foi, evidentemente, excluída. Cf. PAIVA, Clotilde de Andrade, *op. cit.*, p. 211.

³¹ PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 109. Para as denominações das ocupações, cf. LIBBY, Douglas Cole, *op. cit.*, p. 37. Quadro 1.

³² O valor de 200\$000 de renda líquida anual exigido para ser considerado votante foi estabelecido pelo Decreto n.º 484 de 25 de novembro de 1846. Antes deste decreto o valor exigido era de 100\$000. Para mais detalhes cf. CASTRO, Jeanne Berrance de. *Op. cit.*, p. 156. Especialmente a nota 49. p. 168.

³³ PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, pp. 98-99.

³⁴ Idem.

³⁵ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Dinâmica Produtiva em Minas Gerais: o sistema econômico em funcionamento no termo de Mariana (1750-1850). In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 6, n.º 2, jul./dez., 2004, pp. 72-73. Disponível em: <http://www.rehb.ufjf.br/>. Acesso em 14/11/2007.

Por fim, adotamos as categorias analíticas de Francisco Pinto, em função do trabalho deste abordar o mesmo período por nós analisado (1850-1873). Outra razão para tal procedimento deve-se ao fato de utilizarmos o trabalho deste autor como meio e forma de compararmos os seus dados com os nossos, haja vista ter sido São João del-Rei um importante entreposto comercial no século XIX.³⁶

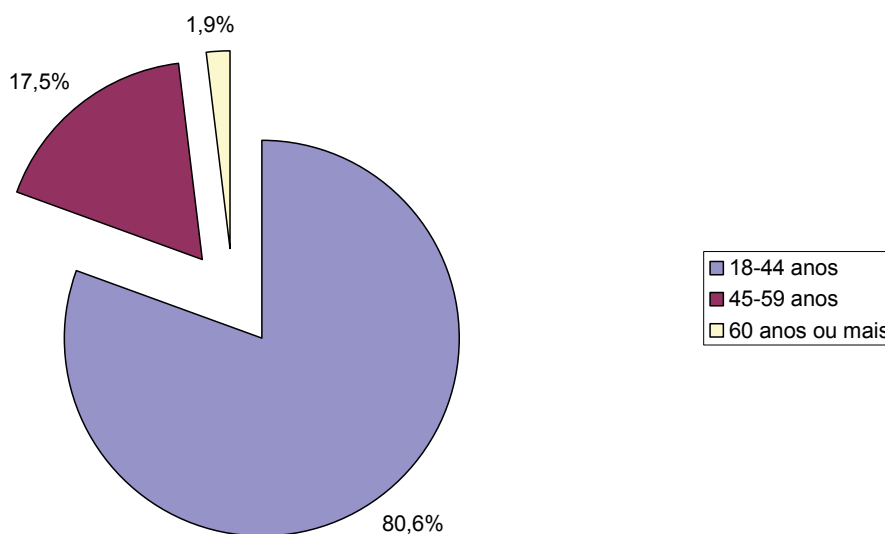
Sendo assim, temos a tabela 2 e o gráfico 1 para a faixa etária.

TABELA 2 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	Efetivos	%
18-44 anos	2.410	80,6
45-59 anos	524	17,5
60 anos ou mais	57	1,9
Total	2.991	100,0

Fonte: *APM*, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

GRÁFICO 1 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR FAIXA ETÁRIA



³⁶ Eduardo Pinto trabalhou com um total de 1352 guardas nacionais assim distribuídos: 1.059 para o serviço ativo e 293 para a reserva. PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 92. Pelo que pudemos constatar no trabalho do autor, a Guarda Nacional de São João del-Rei não contemplava corpos da cavalaria.

Os dados obtidos na tabela e gráfico acima permitem observar que 80,6% dos guardas nacionais qualificados tinham idade entre 18 e 44 anos; 17,5%, entre 45 e 59 anos, e um pequeno percentual, 1,9%, tinha mais de 60 anos. Para a corporação de São João del-Rei, Francisco Pinto obteve os seguintes resultados: 78,41% entre 18 e 44 anos, 20,71% entre 45 e 59 anos e 0,88% com mais de 60 anos.³⁷ Estes resultados permitem inferir sobre a expectativa de vida da população, pelo menos no que diz respeito aos guardas nacionais, em idade produtiva nas Gerais do século XIX. Pelas cifras obtidas, constata-se que a sua expectativa de vida não passava dos 50 anos de idade. Contudo, devemos levar em consideração que o pequeno percentual dos guardas com mais de 60 anos justificava-se por ser esta a idade estipulada por lei para a inclusão na reserva.³⁸

Quanto à distribuição da faixa etária por serviço ativo e reserva, temos os seguintes dados dispostos na tabela 3:

TABELA 3 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR FAIXA ETÁRIA (ATIVA E RESERVA)

Faixa Etária	Serviço Ativo				Reserva	
	Infantaria	%	Cavalaria	%		%
18-44 anos	2.162	93,8	113	98,3	135	23,7
45-59 anos	144	6,2	2	1,7	378	66,3
60 anos ou mais	0	0,0	0	0	57	10
Total	2.306	100,0	115	100,0	570	100,0

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

Depreende-se pela tabela acima que a grande maioria dos guardas nacionais em idade produtiva arcava com todo o ônus do serviço ativo, 93,8% para a infantaria e 98,3% para a cavalaria, respectivamente. Contudo, no que diz respeito a esta última, Castro aventa a hipótese de que a qualificação para a arma da cavalaria seria um subterfúgio para a prestação de funções na milícia, pois na documentação por ela pesquisada havia casos de milicianos que “nem cavalos possuem... em que grande número deles se apresentaram em cavalos alugados”.³⁹ Fernando Uricoechea também compartilha opinião semelhante, pois este assevera que “a cavalaria era dispensada, em grande medida da labuta constante”.⁴⁰

Além disso, no entender do mesmo autor:

Instituiu-se uma série de mecanismos que colocou em questão toda a noção do serviço litúrgico e que, em casos extraordinários, levou à recusa direta em cooperar. O recuso favorito era pedir transferência da infantaria para a cavalaria. Seria demais interpretar o número de pedidos de transferência para a cavalaria como uma tentativa de realizar um projeto pessoal de mobilidade ou como busca de uma afirmação de honra social. Por trás de muitos desses pedidos sem dúvida ocultava-se a motivação utilitária de evitar deveres aborrecidos. Esses pedidos se fazem ainda mais notórios uma vez que eram excepcionais os de transferência da cavalaria para a infantaria.⁴¹

³⁷ PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 106.

³⁸ Idem.

³⁹ CASTRO, Jeanne Berrance de, *op. cit.*, p. 179.

⁴⁰ URICOECHEA, Fernando. *op. cit.*, p. 185.

⁴¹ Idem, pp. 186-7.

Detendo-se, uma vez mais, na arma da cavalaria, é interessante observar que o ministro da Justiça, quando da reforma dos corpos da milícia em Minas Gerais, considerava desnecessária a presença de esquadrões desta arma, pois esta:

É mais própria de uma província central, onde não há receio de agressões estrangeiras nem litoral que defender. Demais, a Guarda Nacional é sempre menos própria para uma arma que para ser útil exige oficiais com estudos teóricos e praças amestradas por uma prática que a Guarda Nacional não pode adquirir.⁴²

Mas parece que a opinião do ministro não mereceu a devida atenção. Com efeito, a arma da cavalaria para os 115 guardas nela alistados poderia significar uma fuga ou, quando muito, um abrandamento dos serviços exigidos pela corporação, a despeito de esta arma ser “menos própria (...) que para ser útil exige oficiais com estudos teóricos e praças amestradas”.

Voltando nossa atenção sobre a faixa etária, salta aos olhos o elevado número de guardas com menos de 60 anos alistados na reserva: 513 milicianos (135 guardas entre 18 e 44 anos e 378 entre 45 e 59 anos). Apesar de uma série de isenções previstas na lei⁴³ para a inclusão na lista da reserva, se nos ativermos somente à idade, é difícil crer que a grande maioria destes guardas fossem “quebrados”, sofressem “do peito” ou, simplesmente, incapazes de prestarem serviços por ser “aleijado de um dedo da mão esquerda”.⁴⁴

Com estas ponderações em mente, para os dados referentes ao estado conjugal encontramos um grande número de guardas casados, assim distribuídos: 6,9% qualificados como casados, 43,9% com filhos e 9,1% sem. Havia também uma grande cifra de solteiros, porém 33,1% foram alistados como solteiros e 3,7% como filhos famílias.⁴⁵ Os viúvos, por sua vez, totalizaram 0,6%, sendo que 2% possuíam filhos e 0,7% não. Apenas três guardas (0,1%) não possuíam informação alguma (seus registros estavam em branco), razão pela qual os classificamos como sem informação.⁴⁶

⁴² *Arquivo Nacional*, ofício do ministro da Justiça ao presidente da Província de Minas Gerais, 1851. *Apud* URICOECHEA, Fernando, *op. cit.*, p. 185.

⁴³ Eram isentos do serviço ativo da Guarda Nacional, conforme instruções da lei de 18 de agosto de 1831 e decreto de 25 de outubro de 1832, as autoridades civis e judiciárias porque tinham o poder de requisitar a própria guarda. Os senadores, deputados, conselheiros, presidentes de província, magistrados, vereadores e chefes de repartição também eram dispensados do serviço. Além destes, os estudantes, eclesiásticos, professores, profissionais liberais, empregados públicos e feitores e capatazes de fazendas com mais de cinquenta escravos ou com mais de cinquenta cabeças de gado. De modo geral, eram inclusos na reserva todos aqueles que desempenhavam alguma atividade de importância econômica. *Cf.* CASTRO, Jeanne Berrance de. *op. cit.*, p. 108-9.

⁴⁴ Conforme pudemos notar nas observações feitas no alistamento da reserva. *APM*, SP 1116, caixa 56, 30/12/1851.

⁴⁵ Filho-família seria aquele que, de acordo com o dicionarista Antônio de Moraes Silva, está sob pátrio poder. SILVA, Antônio de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, *apud* PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 103. Nota 162.

⁴⁶ Francisco Pinto chegou aos seguintes resultados: 58,43% de guardas casados, 48,44% com filhos, 8,28% sem, 38,09% solteiros, 6,43% de filhos-famílias, 3,03% viúvos, 2,36% com filhos, 0,36% sem, e apenas 0,44% não traziam registros quanto ao estado conjugal. PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, pp. 102-3.

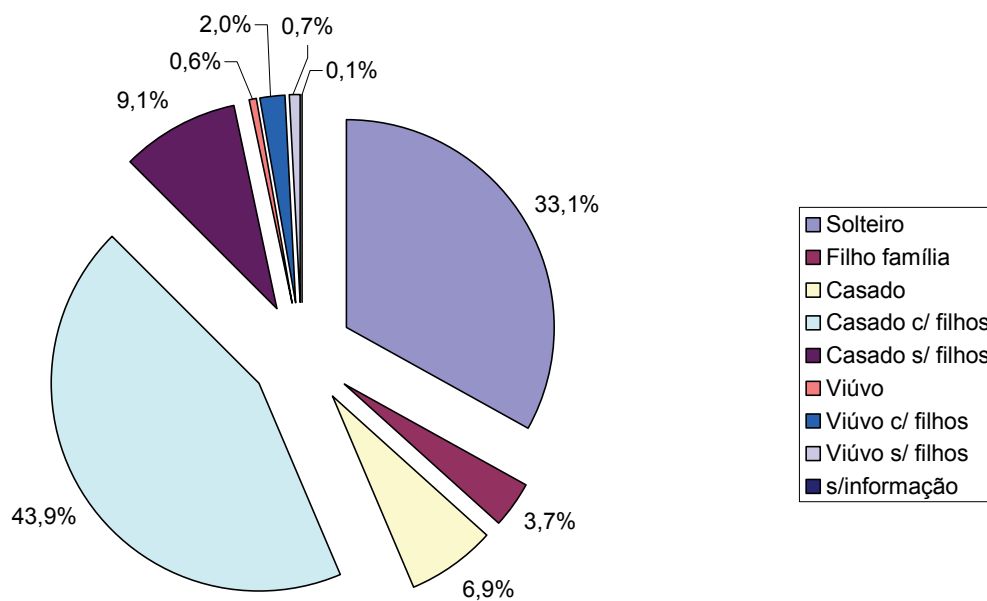
Tais números podem ser visualizados na tabela 4 e no gráfico 2:

TABELA 4 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR ESTADO CONJUGAL

Estado conjugal	Efetivos	%
Solteiro	989	33,1
Filho família	110	3,7
Casado	205	6,9
Casado c/ filhos	1.314	43,9
Casado s/ filhos	272	9,1
Viúvo	17	0,6
Viúvo c/ filhos	61	2,0
Viúvo s/ filhos	20	0,7
s/informação	3	0,1
Total	2.991	100,0

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

GRÁFICO 2 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR ESTADO CONJUGAL



Observando-se os mesmos dados para a reserva e o serviço ativo, temos a tabela 5 para o estado conjugal:

TABELA 5 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR ESTADO CONJUGAL (ATIVA E RESERVA)

Estado conjugal	Serviço Ativo				Reserva	
	Infantaria	%	Cavalaria	%		%
Solteiro	857	37,2	38	33	94	16,5
Filho família	94	4,1	15	13	1	0,2
Casado	147	6,4	10	8,7	48	8,4
Casado c/ filhos	935	40,5	46	40	333	58,4
Casado s/ filhos	223	9,7	4	3,5	45	7,9
Viúvo	7	0,3	0	0	10	1,8
Viúvo c/ filhos	31	1,3	1	0,9	29	5,1
Viúvo s/ filhos	11	0,5	1	0,9	8	1,4
s/informação	1	0,0	0,0	0,0	2	0,4
Total	2.306	100,0	115	100	570	100,0

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

Pelos resultados obtidos tanto da tabela 4 quanto da 5, depreende-se que das três categorias analíticas, o grupo representado pelos casados destaca-se como o de maior número: 1305 (147 casados, 935 com filhos e 223 sem) na infantaria, 60 (10 casados, 46 com filhos e 4 sem) na cavalaria e 426 (48 casados, 333 com filhos e 45 sem) na reserva. Os solteiros, por sua vez, representam o segundo maior grupo: 951 (857 solteiros e 94 filhos famílias) na infantaria, 53 (38 solteiros e 15 filhos famílias) na cavalaria e 95 (94 solteiros e um filho família) na reserva. O número de viúvos, entretanto, apresenta um relativo equilíbrio entre o grupo da infantaria, 49 (7 viúvos, 31 com filhos e 11 sem) com o da reserva, 47 (respectivamente, 10, 29 e 8).

Na análise da Guarda Nacional de São João del-Rei, Eduardo Pinto também constatou a presença de um grande número de casados seguido pelo de solteiros. A diferença, porém, reside no número de filhos famílias. Pelos dados do autor, tal cifra foi de 6,43%, ao passo que os nossos foram de 3,7% (Tabela 4).

No tocante às ocupações, em primeiro lugar preferimos não seguir os critérios utilizados por Castro: profissões urbanas, rurais e indeterminadas, critérios estes adotados por Francisco Pinto.⁴⁷ A razão para tal justifica-se pelo fato de que, a nosso ver, o urbano e o rural formaram em Minas Gerais um complexo espacial, cujo resultado proveio da natureza das atividades econômicas desenvolvidas ao longo do território mineiro, conforme tivemos a oportunidade de discutir no início deste trabalho.⁴⁸

Em segundo lugar e o que mais pesou na nossa decisão de não seguirmos as categorizações adotadas por Castro e Pinto para as ocupações, diz respeito ao fato de que há profissões que atuam tanto no meio urbano quanto no rural. Dentro deste quadro profissional, podemos destacar os negociantes, caixeiros, arrieiros e os tropeiros. Esta última categoria ocupacional assume, por sua vez, certa indefinição social, devido à intermitência de sua atividade mercantil. Além disso, no mundo rural, o *status* socioeconômico aparece associado invariavelmente à propriedade fundiária, na qual o proprietário é reconhecidamente detentor de mais prestígio em comparação com o tropeiro itinerante.

⁴⁷ PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 108 e seguintes.

⁴⁸ CUNHA, Alexandre Mendes. *op. cit.*, p. 127.

Neste aspecto, Alcir Lenharo assevera:

(...) no universo social deste tipo de famílias produtoras de gêneros de subsistência mercantil, a categoria tropeiro aparece como um tipo social indefinido, ofuscado pela parametrização detida sobre a categoria proprietário, densa e absolutizada, de quem o tropeiro se apresenta como se fosse apenas uma sombra.⁴⁹

Apesar de ser “um tipo social indefinido”, Maria Sylvia de Carvalho Franco reconhece a importância do tropeiro, na medida em que

(...) sua atividade firmou-se por ser indispensável a um momento das operações comerciais, que dependiam, contudo, de um deslocamento no espaço como equipamento tecnológico conservado da fase em que a produção tendia para o nível de subsistência.⁵⁰

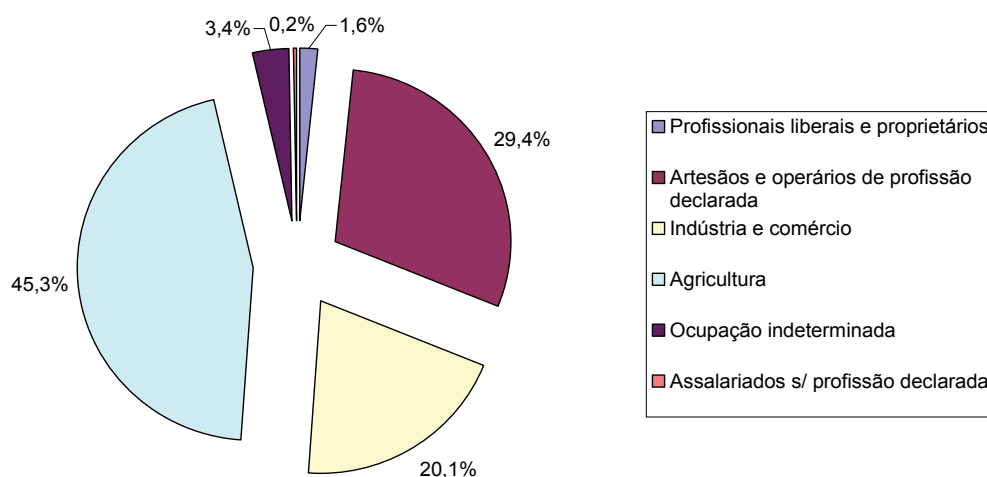
Desse modo, temos a tabela 6 e o gráfico 3 sobre as ocupações:

TABELA 6 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR OCUPAÇÃO

Ocupações	Efetivos	%
Profissionais liberais e proprietários	48	1,6
Artesãos e operários de profissão declarada	879	29,4
Indústria e comércio	601	20,1
Agricultura	1.355	45,3
Ocupação indeterminada	101	3,4
Assalariados s/ profissão declarada	7	0,2
Total	2.991	100,0

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

GRÁFICO 3 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR OCUPAÇÃO



⁴⁹ LENHARO, Alcir, *op. cit.*, p. 93.

⁵⁰ FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994, p. 67.

Observa-se pela tabela e gráfico respectivos a presença de um grande percentual de atividades rurais (45,3%), o que induz, num primeiro momento, a afirmar que a região compreendida pelo município de Mariana possuísse um caráter basicamente rural. Porém, da mesma tabela e gráfico pode-se depreender que as ocupações relacionadas diretamente ou não ao meio urbano também possuem um percentual significativo: 51,1% (1,6% de profissionais liberais e proprietários, 29,4% de artesões e operários de profissão declarada e 20,1% de indústria e comércio). De certa forma, há um equilíbrio entre os meios urbano e rural em Mariana, a julgar pelos dados obtidos a partir das listas de qualificação. É bem verdade que, neste aspecto, estamos analisando uma fração da população, principalmente a masculina e livre alistada na Guarda Nacional, e não o percentual populacional total para fazer este tipo de afirmação.

Ao visualizarmos tais cifras entre o serviço ativo e a reserva, as atividades rurais são predominantes na arma da cavalaria. Elas mesmas representam 57,4% em relação a 43,6% da infantaria e 49,6% da reserva, conforme podemos ver na tabela 7:

TABELA 7 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR OCUPAÇÃO (ATIVA E RESERVA)

Ocupação	Serviço Ativo				Reserva	
	Infantaria	%	Cavalaria	%		%
Profissionais liberais e proprietários	18	0,8	1	0,9	29	5,1
Artesãos e operários de profissão declarada	708	30,7	15	13	156	27,4
Indústria e comércio	475	20,6	26	22,6	100	17,5
Agricultura	1.006	43,6	66	57,4	283	49,6
Ocupação indeterminada	92	4,0	7	6,1	2	0,4
Assalariados s/ profissão declarada	7	0,3	0	0,0	0	0
Total	2.306	100,0	115	100	570	100,0

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

Entretanto, prosseguindo nesta questão entre urbano e rural, podemos inferir sobre a predominância do primeiro e/ou do segundo por meio do cruzamento entre os dados da ocupação com os da localidade de registro dos guardas nacionais. Feito este cruzamento, obtemos a tabela 8:

TABELA 8 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR LOCALIDADE E OCUPAÇÃO

	Profissionais liberais e proprietários	Artesãos e operários de profissão declarada	Indústria e comércio	Agricultura	Ocupação indeterminada	Assalariados s/ profissão declarada	Total
Mariana	32	171	78	44	2	0	327
Camargos	0	62	29	10	5	5	111
Inficionado	4	54	27	83	0	1	169
Sumidouro	0	24	28	11	3	0	66
S. Sebastião	0	48	9	3	4	0	64
Furquim	2	45	32	25	8	0	112
S. Caetano	1	99	70	47	0	1	218
Cachoeira do Brumado	2	58	71	69	12	0	212
S. Domingos	0	25	34	93	4	0	156
Barra Longa	0	53	55	145	1	0	254
Saúde	0	44	20	97	5	0	166
Paulo Moreira	1	54	21	162	12	0	250
Ponte Nova	3	37	53	173	17	0	283
Anta	3	105	74	393	28	0	603
Total	48	879	601	1.355	101	7	2.991

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

Os dados acima permitem entrever que as localidades com maior predominância de efetivos ligados às atividades rurais são Barra Longa (145), Paulo Moreira (162), Ponte Nova (173) e Anta (393). Interessante observar que estes assentamentos situam-se justamente na região da Zona da Mata, área de densa floresta de Mata Atlântica e com prevalência de atividades agropastoris, conforme dissemos no início deste estudo.⁵¹ Vale observar também que estes núcleos possuíam um expressivo número de guardas alistados. Neste caso, a localidade do Anta se destaca por abrigar batalhões e companhias das armas da infantaria e da cavalaria, bem como da reserva. Já aquelas comunidades com maior assentamento citadino (somando-se as categorias ocupacionais dos profissionais liberais, artesãos e comércio) ficam por conta de Cachoeira do Brumado (131), São Caetano (170) e a cidade de Mariana (281). Nesta última, a presença de tais ocupações justifica-se por ser a “residência do bispo e sede de uma faculdade de teologia”, conforme observou Gardner.

Detendo-se ainda, por um instante, na análise das ocupações, encontramos um grande número de trabalhadores da madeira (carpinteiros, marceneiros e carapinas). A grande presença destes profissionais revela a importância a eles atribuída na vida cotidiana, uma vez que os utensílios domésticos e outros objetos eram quase todos confeccionados em madeira.

⁵¹ Além disso, a região compreendida pela Zona da Mata abrange também a bacia do rio Doce, cujas extensões eram habitadas pelos ferozes índios botocudos. Estes eram os kamakân, os pataxós, os maxabalis, os puri-coroados. Contudo, eram designados como aimorés ou botocudos, pois usavam botoques no lábio inferior e nos lóbulos das orelhas. Eram também conhecidos como coroados, pois raspavam a cabeça em forma de círculo à semelhança de uma coroa. Durante a expansão e colonização da bacia do rio Doce, os botocudos viveram em permanente estado de guerra com os colonos, infligindo-lhes, inclusive, alguns reveses. Basta lembrar que as comunidades de Furquim e Barra Longa, em 1731 e 1733, foram arrasadas e destruídas por estes índios. LEWKOWICZ, Ida. *Vida em Família: caminhos da igualdade em Minas Gerais* (séculos XVIII e XIX). São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo, pp. 35-6.

A este respeito, Castro comprova:

Pensando em termos gerais na arquitetura religiosa e civil, em móveis e utensílios e nos meios de transporte, podemos compreender a importância dos artesões da madeira no século XIX. Desde o período colonial, a madeira fora abundantemente utilizada como complemento das construções civis e religiosas. (...) As estruturas das construções, desde as mais simples às mais fidalgas – os sobradões urbanos – utilizavam a madeira para os alicerces, armação do teto e amarração dos prédios, soalhos, rodapés, colunas internas, corrimões, tetos, forros, janelas e portas.⁵²

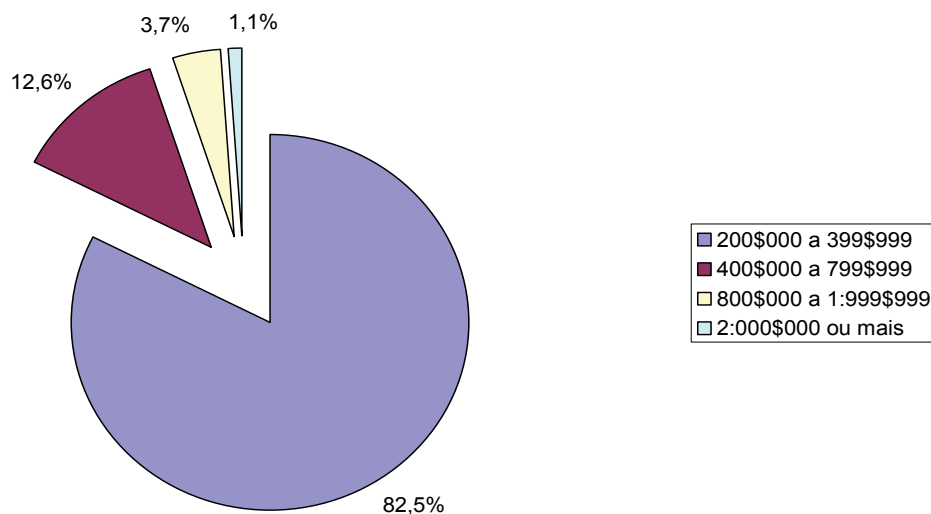
Por fim, chegamos à análise das rendas declaradas. Neste sentido, temos a tabela 9 e o gráfico 4 sobre as rendas dos guardas nacionais marianenses:

TABELA 9 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR RENDA DECLARADA

Renda	Efetivos	%
200\$000 a 399\$999	2.467	82,5
400\$000 a 799\$999	378	12,6
800\$000 a 1:999\$999	112	3,7
2:000\$000 ou mais	34	1,1
Total	2.991	100,0

Fonte: APM, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

GRÁFICO 4 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR RENDA DECLARADA



⁵² CASTRO, Jeanne Berrance de, *op. cit.* pp. 124-5.

De imediato, salta aos olhos o grande percentual de 82,5% de guardas qualificados com a renda mínima, ao passo que apenas 1,1% tinha vencimentos superiores a dois contos de réis. Para a Guarda Nacional de São João del-Rei, Francisco Pinto chegou a constatações semelhantes. Nos dois grupos assinalados, o autor encontrou 73,39% efetivos alistados com rendimentos mínimos, e abastados, 5,75%.⁵³

Com estes percentuais em mente, observando-se a distribuição dos rendimentos no serviço ativo e reserva, constatamos que os guardas mais pobres arcavam com todo o ônus das funções da corporação. A infantaria e a cavalaria apresentam 86,7% e 75,7% respectivamente.

Tais dados podem ser visualizados na tabela 10:

TABELA 10 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR RENDA DECLARADA (ATIVA E RESERVA)

Renda	Infantaria	Serviço Ativo			Reserva	%
		%	Cavalaria	%		
200\$000 a 399\$999	1.999	86,7	87	75,7	381	66,8
400\$000 a 799\$999	228	9,9	21	18,3	129	22,6
800\$000 a 1:999\$999	63	2,7	7	6,1	42	7,4
2:000\$000 ou mais	16	0,7	0,0	0,0	18	3,2
Total	2.306	100,0	115	100,0	570	100,0

Fonte: *APM*, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

Pelos números dispostos na tabela 10, depreende-se que, na reserva, o percentual dos milicianos menos abastados cai para 66,8%. Além disso, somando-se os três grupos mais ricos, a reserva apresenta a cifra de 33,2% em contraposição aos 13,3% representados pela infantaria, muito embora a cavalaria apresente significativos 24,4%, o que vem a comprovar a hipótese defendida por Castro e Uricoechea de que esta arma significaria um abrandamento do serviço ativo.

Em todo caso, diante da evidência destes números, aproximamo-nos das conclusões dos autores citados no parágrafo antecedente, bem como de Francisco Pinto de que os serviços mais pesados eram todos de responsabilidade dos guardas nacionais mais pobres. Entretanto, Castro faz este tipo de afirmação levando mais em conta o meio rural, no qual a divisão socioeconômica era mais simples (o grande proprietário na reserva e os demais no serviço ativo), em contraste com o meio urbano, que apresentava uma maior diversidade de categorias ocupacionais e, conseqüentemente, de rendas. Já Eduardo Pinto pondera que o grande número de guardas alistados com baixa renda seria um artifício utilizado por eles como meio e forma de se evadirem das malhas do fisco, ou, até mesmo, do temido e odiado imposto de sangue: o recrutamento militar.⁵⁴

Assim, convém indagar: seriam realmente pobres os milicianos que tinham renda média entre 200\$000 e 399\$999? Cremos que não, pois, de acordo com Maria José de Souza Andrade, homens livres pobres, e até mesmo libertos, podiam adquirir escravos. Um estudo feito pela autora na cidade de Salvador, sobre o número médio de escravos presentes nos inventários *post mortem*, revelou que mesmo entre os mais pobres o percentual de cativos era bastante elevado, inclusive em relação aos proprietários mais ricos.⁵⁵

De certa forma, devemos levar em consideração que a posse de escravos era um indicativo do grau de riqueza e *status* para quem os possuísse. Deste modo, consideramos como pouco provável que o grande número de milicianos que declararam possuir modestos rendimentos fossem de fato pobres, principalmente para uma região como Mariana, que comportava um expressivo número de cativos. Neste sentido, estaria Eduardo Pinto certo na sua hipótese?

⁵³ PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 100.

⁵⁴ CASTRO, Jeanne Berrance de, *op. cit.*, p. 114 e PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 97 e seguintes.

⁵⁵ ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988, pp. 181-5.

Podemos conjecturar que sim. Afinal, a prestação de liturgias⁵⁶ dependia, em grande parte, da boa vontade dos próceres locais. Sendo assim, parece-nos bastante crível a omissão de parte dos rendimentos como meio de subtrair-se do ônus para a construção e/ou reparação de estradas, pontes e cadeias com proveitos próprios. Além disso, no que diz respeito ao recrutamento para o exército, a Guarda Nacional funcionava como um refúgio ante a prestação militar no corpo de primeira linha, considerada mais como um castigo do que propriamente um dever para com a Nação e o Império.

Continuando nossa análise das rendas, percebemos no cruzamento destas com a faixa etária que entre os guardas com mais de 60 anos de idade, apenas três possuíam rendimentos superiores a dois contos de réis, ao passo que um expressivo número de 2.088 efetivos com idade entre 18 e 44 anos possuía vencimentos de até 399\$999.

A tabela 11 permite visualizar melhor estes dados:

TABELA 11 – EFETIVOS DA GUARDA NACIONAL DE MARIANA/MG POR FAIXA ETÁRIA E RENDA

	200\$000 a 399\$999	400\$000 a 799\$999	800\$000 a 1:999\$999	2:000\$000 ou mais	Total
18-44 anos	2.088	239	71	12	2.410
45-59 anos	341	127	37	19	524
60 anos ou mais	38	12	4	3	57
Total	2.467	378	112	34	2.991

Fonte: *APM*, SP, PP¹16, caixa 56, 30/12/1851 e 18/10/1853.

Entretanto, depreende-se, na tabela 11, que a idade poderia ser um fator para o acúmulo de riquezas, pois no grupo mais jovem (18 e 44 anos), por exemplo, encontramos doze efetivos com rendas superiores a dois contos de réis.⁵⁷ Em contrapartida, é forçoso reconhecer a existência de uma grande concentração de renda que se acentua com o passar do tempo. Neste aspecto, se atentarmos novamente para a tabela em questão, observamos que apenas 34 milicianos possuíam os mais altos vencimentos.

No que diz respeito à concentração de renda, Almeida afirma existir na região de Mariana “uma hierarquização social extremamente acirrada e excludente e que se perpetuava ao longo do tempo”.⁵⁸ Para a autora, “estamos frente a uma sociedade extremamente excludente em que a possibilidade de alçar vôos em termos de ascensão social foi vedada à grande maioria das pessoas livres”.⁵⁹

Porém, por mais que a hierarquização socioeconômica fosse empecilho para a ascensão social da grande maioria da população, acreditamos, com base no trabalho de Ida Lewkowicz, que houve momentos e/ou situações em que coexistiram, por assim dizer, uma horizontalização social em meio à verticalização das desigualdades socioeconômicas.⁶⁰ Além disso, Castro afirma, no seu estudo da Guarda Nacional paulista, que na formação dos quadros dos oficiais, a melhor renda não seria condição necessária para o aspirante a oficial obter a mais alta patente. Isto porque, na opinião

⁵⁶ Liturgia é definida aqui como formas de prestação de tarefas com recursos próprios baseados, por sua vez, na noção de honra social e obrigações para com o soberano, cuja troca, em favor de tais fidelidades, fazia-se sob a concessão de dádivas, honras e mercês.

⁵⁷ Neste caso, evidenciamos outra tese advogada por Francisco Pinto. Cf. PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 102.

⁵⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana — 1750-1850*. Niterói, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, p. 185.

⁵⁹ *Idem*, pp. 186-7.

⁶⁰ Lewkowicz fundamenta sua argumentação na análise de “três aspectos da vida familiar estreitamente relacionados e em que possivelmente estão retratadas as diferentes gradações das vinculações familiares e suas relações sociais mais amplas: estrutura domiciliar, casamento e herança”. LEWKOWICZ, Ida, *op. cit.*, p. 11.

da autora, prevaleciam os interesses atrelados ao parentesco “perfeitamente compreensível em vilas relativamente pequenas, onde o relacionamento entre os grupos era mais estreito”.⁶¹

Dessa forma, podemos complementar o argumento de Castro no sentido de que não apenas o parentesco fosse uma variável determinante na escolha do oficial, mas também a capacidade de articular barganhas e trocar favores. Neste sentido, o pretendente a comandante poderia valer-se de tal habilidade na tessitura de um acordo tácito para obter o almejado posto ou o comando de uma companhia. Sem dúvida, o favor poderia tornar “o relacionamento entre os grupos mais estreito”.

Por ora, a título de conclusão, resta destacar que o exame das listas de qualificação, tanto do serviço ativo quanto da reserva, permitiu-nos entrever no município de Mariana uma Guarda Nacional jovem, com um expressivo número de milicianos casados, o que, ao menos formalmente, isentava-os do temido recrutamento para o exército. Afinal, os recrutadores eram instruídos, durante as chamadas “caçadas humanas”, termo comum na época, a arregimentarem homens solteiros. Na falta destes eram recrutados os casados e viúvos sem filhos, razão pela qual podemos inferir o grande número de casados e viúvos com filhos.⁶²

Sendo assim, a grande cifra de guardas casados seria um subterfúgio para evasão da prestação militar? E o que dizer então do grande percentual de efetivos com posses modestas? Seria este enorme número de guardas um acintoso pretexto para a subtração das malhas do fisco? E a cavalaria? Seu alistamento seria também uma fuga das tarefas exigidas na infantaria?

Depreende-se, portanto, uma intrincada e complexa rede de privilégios e isenções formais, pelas quais os guardas da corporação civil procuravam se abster de encargos que extrapolassem, de certa forma, os limites de seus interesses particulares. Além disso, devemos atentar para o fato de que os serviços prestados na milícia eram gratuitos e, na maioria das vezes, arcados com recursos pecuniários dos próprios milicianos. É bom lembrar que a execução das tarefas litúrgicas dependia da boa vontade daqueles que tinham de deixar suas plantações, negócios e famílias para o desempenho das funções na guarda. Funções estas que poderiam custar, em algumas ocasiões, a própria vida, quando os corpos da corporação eram destacados para o serviço de guerra, por exemplo, durante a Guerra do Paraguai. Por ocasião do conflito na região platina, o recrutamento para o exército e o destacamento para a Guarda Nacional infligiriam grandes temores na população, principalmente entre a masculina.

Mas isto é outra história.

⁶¹ CASTRO, Jeanne Berrance de, *op. cit.*, p. 159.

⁶² CLIB. Lei n.º 602 de 19 de setembro de 1850. Art. 121. Cf. PINTO, Francisco Eduardo, *op. cit.*, p. 103 e MENDES, Fábio Faria. O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, pp. 104-5.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Alterações nas Unidades Produtivas Mineiras: Mariana — 1750-1850. Niterói, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Dinâmica Produtiva em Minas Gerais: o sistema econômico em funcionamento no termo de Mariana (1750-1850). In: *Revista Eletrônica de História do Brasil*, Juiz de Fora, v. 6, n.º 2, jul./dez., 2004, pp. 72-73. Disponível em: <http://www.rehb.ufjf.br/>. Acesso em 14/11/2007.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. *A Enxada Complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte, 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais.

ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio; Brasília: CNPq, 1988.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, ANPUH, v. 27, n.º 53, jan./jun., 2007, pp.123-158.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. 4ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

FURTADO, Celso (1959). *Formação Econômica do Brasil*. 15ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

GARDNER, George (1846). *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.

LEWKOWICZ, Ida. *Vida em Família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LIMA JÚNIOR, Augusto. *Mariana*. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1966.

MAGALHÃES, Sônia Maria de. *A Mesa de Mariana: produção e consumo de alimentos em Minas Gerais (1750-1850)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2004.

MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec/USP/Imprensa Oficial, 2002, pp. 99-130.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: ACCESS, 1999.

MENDES, Fábio Faria. *O Tributo de Sangue: recrutamento militar e construção do Estado no Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, 1997. Tese (Doutorado em Ciência Política), Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UnB, 2004.

PAIVA, Clotilde Andrade; GODOY, Marcelo Magalhães. Engenheiros e Casas de Negócio na Minas Oitocentista. In: *20 anos do Seminário sobre a Economia Mineira – 1982-2002: Coletânea de Trabalhos, 1982-2000*. Belo Horizonte: UFMG/FACE/Cedeplar, v. 2, 2002.

PAIVA, Clotilde de Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo, 1996. Tese (Doutorado em História), Universidade de São Paulo.

PINTO, Francisco Eduardo. *A Guarda Nacional e o perfil dos homens matriculados no termo de São João del-Rei, 1850-1873*. Belo Horizonte, 2003. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Minas Gerais.

SAINT-HILAIRE, Augusto (1830). *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. *O Império da Ordem: Guarda Nacional, coronéis e burocratas em Minas Gerais na segunda metade do século XIX, 1850-1873*. Franca, 2009. Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

SIMONSEN, Roberto C. (1937). *História Econômica do Brasil (1500-1820)*. 7ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: INL, 1977.

SLENES, Robert W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo, v. 18, n.º 3, pp. 449-495, set./dez. 1988.

URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial: a burocratização do Estado patrimonial brasileiro no século XIX*. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1978.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Antiga de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, v.1, 1974.